

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/308898175>

O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR): NOTAS SOBRE A DINÂMICA RECENTE (1989–2004)

Conference Paper · August 2006

CITATIONS

0

READS

59

2 authors:



Ederson Nascimento

Universidade Federal da Fronteira Sul

35 PUBLICATIONS 29 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Lindon Fonseca Matias

University of Campinas

50 PUBLICATIONS 85 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Memória histórico-geográfica do Planalto e Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades [View project](#)

O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR): NOTAS SOBRE A DINÂMICA RECENTE (1989-2004)

Ederson Nascimento*

Lindon Fonseca Matias**

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da
Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: edersonnn@yahoo.com.br.

**Professor do Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: lindon@ige.unicamp.br.

RESUMO

Este ensaio realiza uma análise do processo de favelização na cidade de Ponta Grossa (PR), enfocando o período de 1989 a 2004. Examinou-se as principais condicionantes históricas que modificaram a estrutura social e a organização espacial da cidade, elevando a população urbana e acelerando a expansão das favelas. Além disso, realizou-se uma caracterização das áreas e da população favelada na atualidade, utilizando-se de informações obtidas em entrevistas e trabalhos de campo, bem como de dados provenientes de levantamentos socioeconômicos. Entre outros resultados, constatou-se um aumento progressivo do número de favelas, sobretudo ao longo de cursos d'água e em áreas não-edificáveis, e da participação da população favelada dentro o total de população urbana do município, revelando uma piora das condições de moradia na cidade.

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil tem apresentado, como uma de suas características principais, a proliferação de processos informais de expansão urbana e de ocupação da terra. A (re)produção do espaço urbano capitalista se dá fundamentalmente a partir de relações sociais contraditórias, que estratificam a cidade conforme suas classes sociais, através de sua apropriação privada, feita distintamente via mercado. Nesse contexto, aos segmentos da população com menor renda são negados quaisquer meios legais de acesso à terra urbana e à cidade. Nesta situação, a favela constitui uma alternativa para a produção da moradia, entretanto constitui, em muitas ocasiões, um ambiente hostil à moradia, pois são instaladas de maneira precária, sem a infra-estrutura necessária, muitas

vezes em áreas cuja ocupação oferece riscos à integridade física e à vida dos habitantes.

A cidade de Ponta Grossa, no Paraná, vem se destacando nas duas últimas décadas pela intensificação significativa de seu processo de favelização, sobretudo a partir da década de 1980, envolvendo uma parcela cada vez maior da população em modos de habitação bastante precarizados. O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de favelização na cidade de Ponta Grossa. Abordou-se especialmente o período histórico compreendido entre 1989 a 2004, para o qual existem dados mais confiáveis, ao passo que, paradoxalmente, faltam estudos sistematizados sobre este importante fenômeno, sobretudo numa perspectiva geográfica¹. Com isso, pretende-se contribuir para o entendimento da lógica de (re)produção do espaço urbano em Ponta Grossa, bem como subsidiar eventuais políticas que eventualmente possam fornecer melhorias à vida dessa parcela significativa da população.

2 FAVELIZAÇÃO E ESPAÇO URBANO: ABORDAGEM TEÓRICA

Existem várias definições, muitas delas conflitantes, do que vem a ser uma área favelada, resultado das distintas interpretações feitas por diferentes analistas que se ocupam da interpretação da organização sócio-espacial desses aglomerados habitacionais ao longo do tempo. Entre as características mais utilizadas para definição estão a quantidade de domicílios existentes, a natureza da ocupação da terra, a qualidade do material das habitações, a carência de infra-estrutura básica, a irregularidade quanto aos aspectos urbanísticos e edílios, e principalmente, a natureza juridicamente “ilegal” da ocupação das terras.

Frente a essas indefinições, optou-se por definir uma área favelada considerando as duas características que mais aparecem nas diversas definições existentes. Desse modo, no nosso entendimento, a favela pode ser concebida como uma *área ocupada diretamente pela população*, normalmente apresentando

¹ Os principais trabalhos que abordam a questão das favelas no espaço urbano de Ponta Grossa são antigos (do início da década de 1990), sendo os principais as investigações de Bruginski (1990) e Löwen (1990), além de uma proposta de regularização fundiária para as favelas ponta-grossenses, elaborada por Löwen e Mello (1993).

precárias condições de moradia, e cuja *ocupação não é respaldada pela propriedade jurídica da terra urbana*.

Notadamente a origem das favelas advém da necessidade, por parte das classes sociais de menor renda, de solucionar a questão de *como* e de *onde* morar. Sua formação e seu crescimento podem estar associados tanto a fatores socioeconômicos de âmbito mais geral, como também a fatores de natureza intra-urbana, ou ainda à conjugação destes. Pode-se dizer que, em primeiro lugar, a origem da favela está associada ao comprometimento das condições de subsistência de parte da classe trabalhadora, tanto na cidade como no campo. Contribuem para isso, de acordo com Rodrigues (1988, p. 40), elementos como a “expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades.” Também exerce influência fundamental o próprio processo de empobrecimento de parcela da população, resultado do modelo de acumulação adotado no país, historicamente pautado na compressão dos salários. A isso pode-se somar ainda fatores mais gerais, como os efeitos recentes das políticas ditas “neoliberais”, que desestabilizaram as relações de trabalho e redirecionaram os gastos públicos, reduzindo os investimentos em políticas sociais (SINGER, 1999).

O efeito dessas condicionantes é uma queda generalizada na capacidade do poder aquisitivo das famílias para adquirir ou mesmo alugar imóveis. Por outro lado, a produção de habitações para as classes de menor renda, que poderia ajudar a minimizar a demanda habitacional e a expansão de áreas faveladas, não encontra respaldo na economia capitalista. Como esclarece Corrêa (2003), isso ocorre principalmente porque não há interesse por parte do capital em produzir habitações para as camadas populares, devido aos baixos níveis salariais dessas classes, fato que atrasaria muito a obtenção de lucros em razão de ser bastante longa a taxa de rotação do capital em tal produção.

Outro fator de destaque para a emergência de áreas faveladas se refere à luta pela apropriação da terra na cidade. A importância assumida pela terra urbana enquanto condição essencial para a realização de qualquer atividade, seja para a moradia, seja para a produção de outras mercadorias, aliada às suas propriedades intrínsecas (sobretudo amenidades físicas), confere a ela o caráter de mercadoria,

assumindo assim um determinado preço a ser pago pelos indivíduos desprovidos do direito de propriedade (CARLOS, 2001). Enquanto componente do espaço urbano, a terra transcende a condição de mera superfície, sítio das edificações, e assume, na acepção de Villaça (1998), a condição de *localização*, a qual diz respeito “às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais.” (p. 24) É dessa maneira que esse bem natural, a terra, se articula aos demais fragmentos da cidade e, conseqüentemente, à lógica geral de (re)produção do espaço urbano. Nesse sentido, são as diferentes localizações, portanto, que permitem aos indivíduos o maior ou menor acesso aos serviços e equipamentos coletivos urbanos, aos pontos de comércio, mercados de trabalho, locais de lazer e o usufruto de uma infra-estrutura de melhor ou pior qualidade.

A terra urbana passa então a ser disputada pelos grupos e classes sociais para dela fazer o melhor e/ou mais rentável uso possível. Todavia, essa disputa é pautada, nos lembra Singer (1982, p. 21), “pelas regras do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada do solo, a qual – por isso e só por isso – proporciona renda e, em conseqüência, é assemelhada ao capital.” Desse modo, algumas áreas podem ser adquiridas somente pelos grupos sociais de maior poder aquisitivo, de modo que às pessoas que não podem pagar pela posse da terra ou pelo aluguel de uma casa, resta uma única alternativa para a construção de sua moradia: a “invasão” de áreas desocupadas, como é o caso das favelas (CARLOS, 2001).

A construção destas áreas habitacionais é feita quase sempre pela própria população pobre, de maneira gradativa e individual. Normalmente os indivíduos conversam com os moradores do local e ao encontrar uma parcela de terra desocupada, constroem seu barraco com a ajuda de amigos e familiares. É comum também a compra de barracos já prontos. A ocupação e construção da favela podem ocorrer também de maneira conjunta, quando determinado número de famílias se organiza e em bloco procuram um local para se instalar. Neste caso, a ocupação da área é realizada num mesmo momento por todo o grupo e a construção das casas é realizada em mutirões (RODRIGUES, 1988).

É precisamente em razão deste modo “independente” de ocupação de terras e construção de unidades habitacionais – sem vínculo imediato com o circuito imobiliário – que Corrêa (2003) enfatiza ser, sobretudo, na construção da favela, que

os grupos sociais excluídos na cidade assumem efetivamente a condição de agentes modeladores do espaço urbano, produzindo da maneira que podem o seu próprio espaço. Ainda assim, é importante ter em conta que muitas vezes a população não atua por iniciativa e conta própria na construção de uma área favelada. Como constatou Lago (2003) em investigação sobre a origem de algumas favelas na periferia carioca, tal construção pode contar com a participação de um agente “externo”, geralmente um político local, que indica a área a ser ocupada e realiza um traçado urbanístico para o aglomerado (dimensões das vias e lotes), podendo inclusive, estabelecer um valor a ser pago pelo lote.

Via de regra, as favelas são construídas em terrenos desvalorizados e rejeitados pelo mercado imobiliário, tanto públicas como de proprietários particulares, especialmente áreas *non aedificandi*, como em terrenos alagadiços e acidentados, margens de cursos d’água, áreas verdes, entre outras. Evidentemente a ocupação desses locais acarreta-lhes vários transtornos, comprometendo a qualidade de vida dos ocupantes, pois sujeita seus moradores a contrair doenças em função das más condições sanitárias, além de problemas como enchentes e escorregamento de encostas, que ameaçam a sua integridade física e mesmo a sua vida.

Apesar disso, para muitas famílias a favela se apresenta, como já se disse, como a única possibilidade de sobrevivência na cidade, via acesso à terra e a pelo menos parte dos meios de consumo produzidos pelo urbano. De acordo com Kowarick (1993), a favela representa uma economia nos gastos com habitação, propiciada com a ocupação de uma área, pela realização da construção pelo próprio favelado e pelo não pagamento dos impostos conseqüentes. Além disso, a localização de uma favela pode também trazer vantagens de ordem econômica para seus moradores, fato que dificilmente ocorre, por exemplo, com os loteamentos “populares”, via de regra situados na periferia da cidade. Diferentemente destes, as áreas faveladas podem ocorrer no interior do tecido urbano, podendo se aproveitar, entre outras coisas, de um transporte de melhor qualidade e de um mercado de trabalho com uma demanda de serviços mais elevada do que na periferia, principalmente através do subemprego, que é o que viabiliza a sobrevivência de muitas famílias faveladas. Por outro lado, o autor adverte que esta vantagem tende cada vez mais a perder expressão, haja vista que

as favelas tendem, elas também, a serem expulsas para as periferias distantes onde a pressão imobiliária se faz menos presente e onde, além da inexistência de outros serviços públicos, a viagem quotidiana para os centros de trabalho se faz de maneira dispendiosa e demorada. (KOWARICK, 1993, p. 89)

A realização do lucro imobiliário privado tende também a permear a atuação do Estado. A análise histórica nos mostra que no Brasil o mesmo tem sido bastante condescendente com as favelas, bem como com outros modos ilegais de ocupação de terra urbana, desde que estejam longe de áreas nobres, não “atrapalhando” a dinâmica da valorização fundiária, e também fora das áreas mais “visíveis”, onde não possam “denegrir” a imagem da cidade e da administração pública. Entretanto, como lembra Maricato (2003, p. 157), essa tolerância “está longe de significar uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos”, haja vista que a população aí instalada não pode contar com qualquer serviço público ou obras de infra-estrutura urbana. Além disso, tal condescendência não vem acompanhada do reconhecimento legal dessas ocupações urbanas, pois “*A lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, demandatária de serviços públicos.*” Em função disso, “*Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais.*” (MARICATO, 2003, p. 157)

3 O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO EM PONTA GROSSA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICA RECENTE

3.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A URBANIZAÇÃO E O SURGIMENTO DAS FAVELAS EM PONTA GROSSA

A emergência da favelização em Ponta Grossa guarda uma relação bastante próxima com o aprofundamento de seu processo de urbanização. Durante toda a primeira metade do século XX a cidade e a população urbana de Ponta Grossa cresceram em ritmo acelerado, situação favorecida, segundo Ditzel e Chaves (2005), por um contexto nacional que favorecia o crescimento econômico e urbano

nas regiões sul e sudeste do país, resultado “de uma conjugação de fatores como capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria prima disponível e barata, capacidade energética e um sistema de transportes ligando as zonas de produção aos portos.”

Até a década de 1960, o crescimento da população urbana se dava juntamente com um aumento da população rural, embora a taxas bem inferiores ao ocorrido na cidade. Por outro lado, a partir da década seguinte, o crescimento da população urbana, que seguiu em ritmo acelerado (atingindo a marca de 52,9% nos anos 1970 e declinando respectivamente para 28,2 e 20,2 nas duas décadas seguintes), passou a contrastar com sucessivas quedas na participação percentual da população rural, sobretudo nos dois últimos decênios do século XX. (TABELA 1).

Tabela 1 - População urbana, rural e total, em número absoluto, crescimento relativo e taxa de urbanização para o município de Ponta Grossa, no período de 1940 a 2000

Ano	População urbana		População rural		População total		Taxa de urbanização (A/B*100)
	Absoluta (A)	Crescimento relativo (%)	Absoluta	Crescimento relativo (%)	Absoluta (B)	Crescimento relativo (%)	
1940	30.220		11.021		40.608		74,4
1950	43.486	43,9	11.757	6,7	55.243	36,0	78,7
1960	78.557	80,6	12.332	4,9	90.889	64,5	86,4
1970	113.074	43,9	13.866	12,4	126.940	39,7	89,1
1980	172.946	52,9	13.701	-1,2	186.647	47,0	92,7
1991	221.671	28,2	12.313	-10,1	233.984	25,3	94,7
2000	266.552	20,2	6.917	- 43,8	273.469	16,9	97,5

Fonte: IBGE (Censos demográficos de 1940 a 2000).
Org.: Nascimento; Matias (2006)

A dinâmica populacional verificada no município a partir de 1960 está associada ao processo de industrialização e modernização produtiva que passava a vigorar em determinadas regiões do país, entre as quais o Estado do Paraná e o município de Ponta Grossa se inseriram. E é justamente neste contexto histórico que a favelização se aprofunda no espaço urbano local, apesar das primeiras favelas terem surgido já na década de 1950.

A partir da década de 1970, o processo de modernização da agricultura paranaense expandiu a escala de operação das unidades produtivas no campo e elevou o preço da terra, aprofundando a concentração fundiária no estado, o que forçou um expressivo contingente da força de trabalho a migrar para novas áreas de fronteira agrícola e para os centros urbanos, sobretudo para as cidades que atuavam como pólos regionais, como era o caso de Ponta Grossa (MORO, 2000). Somado a isso, no mesmo decênio a industrialização em Ponta Grossa se intensifica, impulsionada sobretudo pela concessão de subsídios fiscais por parte do poder público municipal (PAULA, 1993). A cidade apresentava-se assim, como uma alternativa de sobrevivência e/ou melhoria de vida tanto para as populações recém expulsas no campo, como para populações pobres moradoras de outras cidades.

Scheffer (2003) afirma que a dinâmica de industrialização vigente alterou o perfil da cidade na sua estrutura interna, com o investimento em pavimentação e iluminação pública nos bairros e a construção de praças, fato que modificou a dinâmica de valorização da terra na cidade e contribuiu para a intensificação da especulação imobiliária. Esta, por sinal, sempre esteve presente na constituição do espaço urbano ponta-grossense. Para se ter uma idéia da especulação reinante, em 1980, 65.073 dos 99.358 lotes urbanos existentes em Ponta Grossa estavam ociosos, ou seja, 65 % dos lotes não tinham nenhuma edificação, conforme estudo realizado pela CNDU, FAMEPAR e SUDESUL (citado por LÖWEN, 1990). Em pesquisa de campo realizada em 2004 constatou-se que todas as áreas ociosas da cidade (lotes desocupados e glebas intra-urbanas vazias) respondem por aproximadamente 20% de toda a área urbanizada do município, o que corresponde à 27,7 km². Como observa Santos (1993, p. 96), a especulação imobiliária influi diretamente na questão da moradia, pois *“Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua.”*

Assim, paralelamente à chegada de novos contingentes populacionais à cidade, verificou-se um aumento da escassez de terras no mercado. O poder público municipal praticamente nada tem feito para minimizar a especulação fundiária. Antes o contrário. Historicamente este tem contribuído para a lógica especulativa, na medida em que tem permitido a aprovação de loteamentos sem nenhuma infra-

estrutura, muitos dos quais localizados em locais bastante distantes do centro (PAULA, 1993).

Em tal contexto, para parte da classe trabalhadora a favela passou a se apresentar como a alternativa mais viável, ou mesmo a única, para poder ter acesso à terra e à moradia. Entretanto, apesar da clara influência destes processos gerais, Löwen Sahr (2001) chama a atenção para a dificuldade para se apontar a causa preponderante do crescimento das áreas faveladas em Ponta Grossa:

As causas do crescimento das favelas no espaço urbano são complexas. Pode-se atribuir o crescimento do fenômeno a diversos processos, bem como a conjugação deles. São os processos mais gerais, como o êxodo rural, o empobrecimento da população, ou aqueles mais ligados a fatores internos da cidade, com o crescimento urbano especulativo e a segregação espacial. (p. 32)

Notadamente o processo de favelização em Ponta Grossa vem se intensificando e se tornando ainda mais complexo. No item seguinte, buscaremos apresentar um diagnóstico desse processo na cidade nos últimos anos, mais precisamente de 1989 até 2004.

3.2 A FAVELIZAÇÃO EM PONTA GROSSA: DE 1989 ATÉ A ATUALIDADE

Nesta seção buscar-se-á analisar a favelização ponta-grossense no período dito recente. Para tanto algumas etapas metodológicas foram seguidas. Foram utilizados dados sobre população urbana e favelada disponíveis na literatura. Os dados populacionais referentes a 2004 foram estimados a partir da área ocupada pelas favelas e das médias de habitantes por moradia e de moradias por hectares, provenientes de levantamento de campo feito pela Secretaria Municipal de Assistência Social em 1996 (PONTA GROSSA, 1996). Com o auxílio de técnicas de geoprocessamento, efetuou-se o cálculo das áreas ocupadas pelas favelas em três momentos: 1989, 1996 e 2004. E finalmente, foram elaborados trabalhos de campo e entrevistas com moradores de áreas faveladas e representantes do poder público, visando obter informações sobre o processo de formação das favelas, sobre as condições socioeconômicas da população e quanto às ações empreendidas pelo poder público com relação à evolução da favelização na cidade.

Primeiramente, cabe abordar a expansão cada vez mais veloz das favelas em Ponta Grossa, tanto em número de aglomerados como, em alguns casos, na área ocupada por algumas favelas e, evidentemente, no somatório da população favelada. De 96 favelas existentes em 1991 (LÖWEN SAHR, 2001), passou-se em apenas cinco anos para 117 (PONTA GROSSA, 1996), e para 131 em 2004. Em termos de espaço físico ocupado, verificou-se que a área ocupada pelas favelas aumentou em 23,27% no período de 1989 a 1996, passando de 145,65 hectares para 179,54 hectares. Nos oito anos seguintes, no entanto, a expansão das áreas faveladas foi ainda maior (48,30%), chegando ao total de 266,26 hectares em 2004.

A figura 1 exibe a localização das favelas no espaço urbano, bem como o período de seu surgimento. Pode-se observar que ocorreu tanto um adensamento de algumas favelas mais centrais, como, e principalmente, o surgimento de várias favelas periféricas após 1989.

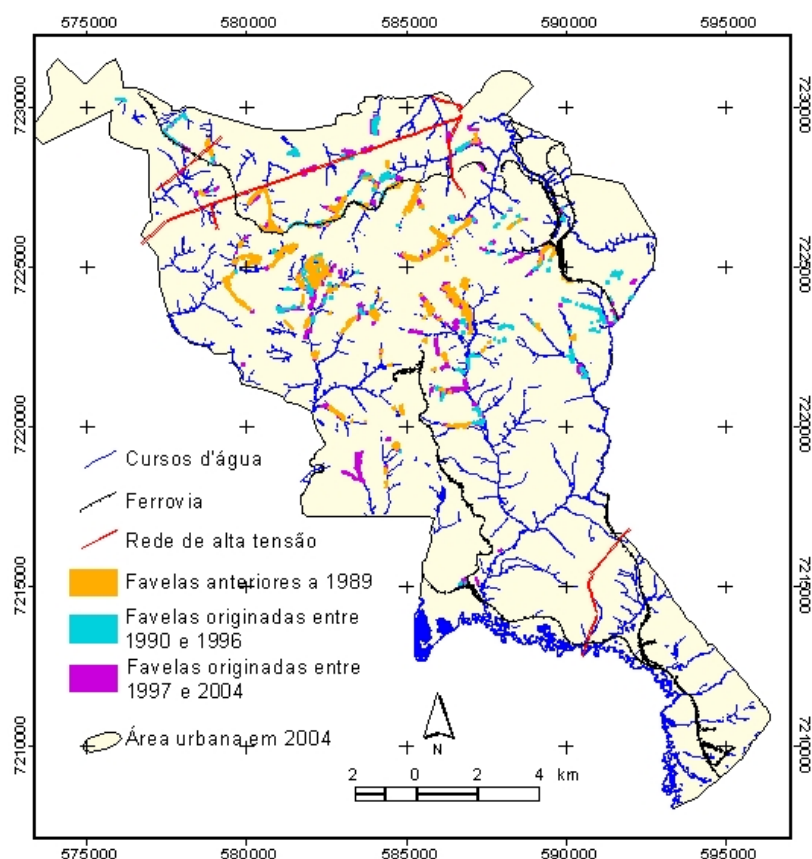


Figura 1: Distribuição espacial e período de surgimento das favelas na cidade de Ponta Grossa.
Org. Nascimento; Matias (2006)

A evolução do total de população favelada, bem como do somatório das áreas ocupadas por favelas são exibidos adiante na tabela 2. Pode-se ver que em 1960,

época anterior ao início do grande fluxo de migrantes rurais para a cidade, a população favelada era inferior a 1% do total da população urbana, ao passo que vinte anos mais tarde, tal percentual já era de 5,23%.

Tabela 2 - Evolução da população favelada em Ponta Grossa no período de 1960 a 2004*

Ano	População urbana (A)	População favelada (B)	% de (B) em relação a (A)
1960	78.557	614	0,78
1970	113.074	2.194	1,94
1980	172.946	9.038	5,23
1991	221.671	30.709	13,85
1996	244.248	39.461	16,16
2004	287.757 ⁽¹⁾	58.730 ⁽¹⁾	20,40

⁽¹⁾ Estimativa nossa.

* As definições de favela utilizadas no decorrer dos anos não são necessariamente as mesmas.

Fontes: IBGE (censos demográficos 1960-1991 e Contagem da População 1996 e 2004); LÖWEN (1990); LÖWEN SAHR (2001); PMPG (1996, 2004).

É durante a década de 1980, porém, que a população favelada começa a crescer vertiginosamente, passando, em 1991 para 13,85% e cinco anos mais tarde, para 16,16% da população urbana. A causa mais provável desse grande incremento populacional é a intensificação das migrações de origem urbana, provocado, entre outros fatores, pelo empobrecimento da população e pelo aumento do preço da terra e dos aluguéis – paralela à continuidade das migrações de origem rural. Tal conclusão é reforçada pelos dados sobre procedência e tempo de moradia nas favelas (TABELA 3).

Tabela 3 – Tempo de moradia na favela e zona de procedência, em 1996

Tempo de moradia (anos)	Procedência (%)		Total
	Rural	Urbana	
Menos de 1	11,8	13,6	12,7
1 a 4	29,0	25,7	27,3
5 a 9	23,5	21,3	22,3
10 a 14	12,9	11,2	12,0
15 a 20	10,7	9,5	10,1
Acima de 20	12,1	18,5	15,4
Não soube responder	0,1	0,2	0,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ponta Grossa (1996)

Pode-se observar que os percentuais de migração para as favelas são mais elevados justamente entre 1 a 4 e entre 5 a 9 anos, o que significa saída do local de origem entre 1987 e 1995. Pode-se notar também que as migrações de origem rural e urbana são próximos, com leve superioridade do primeiro.

A partir de 1997 verificou-se que a cidade teve um novo aprofundamento da favelização. Considerando as médias de 30 domicílios por hectare e de 7,3 habitantes por domicílio nas áreas faveladas (PONTA GROSSA, 1996), pôde-se fazer uma estimativa de que em 2004 aproximadamente 58.730 pessoas viviam nesse tipo de moradia na cidade, o que equivale a cerca de 20,4% de toda a população citadina. Sobre esta expressiva intensificação, as entrevistas com os moradores e principalmente com os profissionais do poder público revelaram um fator de grande destaque à partir daquele ano: o clientelismo político. Nos governos municipais de 1997-2000 e 2001-2004 tornou-se mais comum do que nunca a promoção de invasões por políticos, com ou sem mandato. A estratégia é simples: faz-se a escolha da área, sua divisão em lotes e levanta-se o barraco, tudo isso num mesmo dia, geralmente em fins de semana (para evitar que intervenções do poder público ou da polícia atrapalhem a construção da nova favela), com garantias do agente político de que as famílias não serão despejadas e de que a área, num “futuro próximo”, receberá infra-estrutura e terá sua propriedade regulamentada.

Outro fator de peso, presente em todos os períodos da favelização local e que atua na consolidação das áreas ocupadas, se refere às relações de parentesco e de amizade que geralmente existem entre os ocupantes. Normalmente os indivíduos migram para essas novas áreas porque lá já mora um parente ou conhecido seu, que o ajudará na adaptação ao novo ambiente.

Pior do que o aumento expressivo da população favelada é a constatação de que a maioria absoluta das favelas ocupa as “piores” terras do espaço urbano para se viver. Dentre estes há larga predominância dos fundos de vale, pois a ocupação desses locais apresenta vantagens tanto a população ocupante. Tendo em vista o desinteresse mercantil em relação à essas áreas (que é, evidentemente, tanto maior quanto mais periférica for sua localização e/ou mais pobre a população das áreas circunvizinhas) devido às fortes restrições legais de uso, os favelados correr menor risco de expulsão das terras. Na acepção de Löwen Sahr (2001, p. 33), a ocupação destes locais também é interessante ao poder público, afinal “como a administração

municipal não dispõe de solução abrangente para o problema da moradia, deixar que se ocupem os vales ‘resolve’ a situação emergencial e, ao mesmo tempo, ‘esconde’ o problema.” Há ainda favelas em várias outras localidades da cidade, como em terrenos íngremes e nas proximidades de ferrovias e redes de alta tensão elétrica. Ocorrem também, no entanto, aglomerados em áreas plenamente edificáveis, como alguns terrenos abandonados, ou ainda certas glebas mantidas em “pousio social” por seus proprietários.

A organização espacial das favelas ponta-grossenses não foge aos padrões comumente consagrados: traçado urbanístico “aleatório”, apenas com alguns caminhos estreitos para deslocamento de pedestres, contrastando com os loteamentos vizinhos; alta densidade de ocupação, raramente com divisão de lotes e; habitações em condições precárias, bastante vulneráveis às intempéries, fato que aumenta o risco de acidentes em alguns fundos de vale com encostas íngremes.

A população moradora das ocupações irregulares de Ponta Grossa caracteriza-se como sendo majoritariamente jovem, com baixo nível escolar e oriunda, em sua maioria, da zona rural da própria região. Aqueles que estão empregados exercem, via de regra, as atividades pouco remuneradas pelo capital e que exigem pouca ou nenhuma especialização – como servente de pedreiro, empregada doméstica, bóia-fria etc. A qualidade de vida da população favelada deixa muito à desejar. Dados de 1996 revelam as péssimas condições sanitárias em que vivia esta população, situação esta que pouco se alterou posteriormente: 21,1% das casas não tinham água encanada, 75,6% não possuíam instalações sanitárias adequadas – sendo poucas as residências providas de banheiro, havendo “casinha” na maioria delas (74,7%) – e 88,4% despejam o esgoto a céu aberto (PONTA GROSSA, 1996).

Cabe destacar, por fim, que as ações engendradas pelo poder público municipal buscando minimizar o problema da favelização praticamente não têm surtido nenhum efeito. Como assevera Löwen Sahr (2001), em Ponta Grossa as intervenções do poder público nas favelas têm ocorrido somente em momentos de crise, perante a emergência de conflitos localizados (construção de obras públicas, ações de reintegração de posse e pressões da população, dentre outros) “não

existindo a preocupação em definir políticas que equacionem, em longo prazo, a questão.” (p. 33)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa deixou claro que o processo de favelização vem se aprofundando na cidade de Ponta Grossa, apresentando-se como inerente à lógica de (re)produção do espaço urbano. Se de um lado tal situação exprime a luta de parcela da classe trabalhadora contra os mecanismos de apropriação privada da terra que estratificam a cidade segundo suas classes, de outro, e fundamentalmente, a expressiva expansão das favelas revela a precarização das condições de vida de parcela significativa da população ocorrida no âmbito do crescimento urbano pontagrossense. Essa piora é expressa pelas más condições de moradia, face às deficiências quanto à infra-estrutura e aos riscos constantes de enchentes, desabamentos e outras adversidades, mas principalmente, pelos baixos rendimentos obtidos por estas famílias.

Essa situação demanda urgentemente a implementação de políticas que propiciem um menor desequilíbrio social quanto ao uso do espaço urbano. Como já advertiu Santos (1993, p. 113), “É um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social. É esta que comanda e não o contrário.” Nesse sentido, não basta apenas urbanizar as favelas. Não obstante a melhoria na qualidade de vida propiciada por esta intervenção, ela por si só não permite a minimizar a questão da favelização, pois não se está atuando nas causas do problema – o descompasso entre custo da reprodução da força de trabalho. Tais medidas devem ir além da intervenção direta nas favelas, mas devem ao menos contemplar medidas como o combate à especulação fundiária urbana e uma maior democratização do acesso à terra, terra regularizada e servida de um mínimo de infra-estrutura que permita uma vida digna na cidade.

5 REFERÊNCIAS

BRUGINSKI, Z. B. **A marginalidade urbana em Ponta Grossa e práticas sociais junto à mesma.** Ponta Grossa: UEPG, PMPG, 1990.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DITZEL, C. de H. M.; CHAVES, N. B. **História da cidade**. Texto disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2005.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 1993.

LAGO, L. C. do. Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

LÖWEN, C. L. **Favelas**: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – PR. 1990, 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1990.

_____; MELLO, P. de H. **Regularização fundiária: uma proposta para o espaço urbano de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG, 1993 (Relatório interno).

LÖWEN SAHR, C. L. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, UEPG, 2001. p. 13-36.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MORO, D. Á. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: UEM, 2000. p. 27-60.

PAULA, J. C. M. de. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa – PR**. 1993, 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1993.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Levantamento sócio-econômico de ocupações irregulares**. Ponta Grossa, 1996.

RODRIGUES, A. M. **Moradias nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SCHEFFER, S. M. **Espaço urbano e política habitacional**: uma análise sobre o programa de lotes urbanizados da PROLAR - Ponta Grossa. 2003, 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 21-36.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.